

# O ministério, a vida e a sustentação económica do clero durante a vigência do Código de 1917

MÁRIO RUI DE OLIVEIRA

Oficial do Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica

## Introdução

Durante muitos séculos o sistema benéfico foi para toda a Igreja a pedra angular da sustentação do clero. Fruto de uma economia agrária feudal, particularista e fechada, em que o homem se contenta com o que lhe oferece a terra, vendo nisso não apenas um meio de sustentação mas, igualmente, um meio de penitência e ascese, o sistema ficará, no entanto, gravemente vulnerável e fragilizado no dia em que as estruturas económicas, as atitudes sociais e os valores culturais mudarem.

Mesmo com todas as convulsões histórico sociais acontecidas, que infligiram um duro golpe na Igreja e seu património, quando o legislador procedeu, pela primeira vez, à elaboração de um Código (1917)<sup>1</sup>, como corpo normativo para toda a Igreja, continuou a funcionar com as tradicionais categorias do instituto benéfico, como eixo fundamental para a so-

<sup>1</sup> Cf. *Codex Iuris Canonici Pii X Pontificis Maximi iussu digestus Benedicti Papae XV auctoritate promulgatus*, Città del Vaticano 1917.

lução do problema económico do clero, dedicando-lhe a parte V do livro III *De Rebus* (cc. 1409-1494). As questões económicas encontram-se legisladas, também, em muitos outros cânones, sobretudo os da parte VI, *De bonis Ecclesiae temporalibus* (cc. 1495-1551) e os que se referem aos títulos de ordenação (cc. 979-981).

Ao codificar o legislador fez uma opção ainda dentro de uma cultura; responde, ordena, impõe um caminho, em fidelidade à tradição jurídica da comunidade eclesial. Na matéria sobre a sustentação, não quis introduzir inovações substanciais, traumáticas. Reafirma a tradição ao legislar sobre o título benefical como título habitual e comum para a sustentação e inova quando modifica a própria substância do sistema benefical ao desejar adaptá-lo às novas condições modernas. Mas não soube enfrentar as incongruências do próprio sistema e olhar para futuro<sup>2</sup>.

Neste texto pretendemos olhar para aquele que foi na Igreja o modelo dominante, desde praticamente os inícios da era cristã até aos nossos dias, de sustentação do clero e como o ordenamento jurídico o codificou e interpretou, conscientes de que o conhecimento da história é sempre uma garantia e uma ancora no momento de pensar algo tão importante e delicado como a sustentação económica do clero e o estilo de vida e ministério dos ministros sacros e um dos segredos, talvez, para enfrentar os temas com *iustitia et misericordia*<sup>3</sup>.

## O direito de adquirir, reter e administrar bens no CIC 1917: sistema de ingressos e de administração segundo os fins

Iniciamos esta reflexão com algumas linhas gerais de orientação no complexo sistema económico da Igreja, inserido na parte VI do livro III, *De bonis ecclesiae temporalibus*, partindo do princípio geral contido no c. 1495 §1 do CIC 17: a Igreja Católica e a Sede Apostólica, livre e independentemente do poder civil, tem direito inato de adquirir, reter e administrar bens temporais para o cumprimento dos seus fins. De uma visão de conjunto, sobre o sistema de ingressos e de administração dos bens, chega-

<sup>2</sup> Cf. V. DE PAOLIS, «Il sistema beneficiale», 25-26.

<sup>3</sup> Cf. M. R. DE OLIVEIRA, *O direito a viver do Evangelho*, 64-161.

remos ao aspecto que mais nos interessa: o uso dos bens por parte do ministro, o regime usuário dos bens eclesiásticos.

Do regime de aquisição de bens temporais tratam os cânones iniciais do Código pio-benedictino e o inteiro Título XXVII *De bonis ecclesiasticis acquirendis* (cc. 1499-1516). Do conjunto destes bens adquiridos sairá a solução para os problemas de índole económica da Igreja. O c. 1496 fundamenta a razão do regime tributário da Igreja:

«Ecclesiae ius quoque est, independens a civili potestate, exigendi a fidelibus quae ad cultum divinum, ad honestam clericorum aliorumque ministrorum sustentationem et ad reliquos fines sibi proprios sint necessaria».

De um modo elementar, depois de afirmar o direito de propriedade, no seu sentido mais amplo, como um direito natural, não carente de aprovação por parte estatal, absoluto, com a tripla função de adquirir, conservar e administrar sem limitações e com toda a liberdade, e perpétuo, porque pessoa moral que não se extingue, o c. 1496 legisla sobre o direito de exigir dos fiéis o necessário para atender ao culto, ao sustento do clero e aos demais fins próprios. A medida é sempre colocada na «necessitate Ecclesiae».

Assim, a Igreja pode adquirir bens temporais por todos os modos justos de direito natural ou positivo que a outros esteja permitido (c. 1499): por ocupação, entrega, prescrição, contrato, oblações dos fiéis, fundações pias, legados ou testamentos para causas eclesiásticas e por leis tributárias<sup>4</sup>.

Os bens temporais adquiridos pela Igreja, ainda que retenham a sua natureza *física*, mudam a sua natureza *jurídica* (um bosque que é oferecido à Igreja permanece um bosque, mas a sua condição jurídica mudou). Por isso, os bens da Igreja revestem-se de uma certa *inviolabilidade sacra*<sup>5</sup>, gozando de especiais prerrogativas, como a proibição de alienação sem as de-

<sup>4</sup> Cf. F. X. WERNZ-P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, n. 743, 203. Para uma visão completa dos *modis acquirendis in specie* cf. G. VROMANT, *De Bonis Ecclesiae*, nn. 47. 70-171, 63-64. 92-184; J. BRY'S, *Juris Canonici*, 268-282; F. M. CAPPELLO, *Summa Iuris*, 549-570; «L'Église peut acquérir par tous les moyens qu'admettent: 1. le droit naturel (de ce nombre sont tous les modes originaires impliquant appropriation des biens vacants et sans maître, tels que l'occupation, l'accession, la découverte dans les cas d'un trésor); 2. le droit ecclésiastique dans ses dispositions concernant les impôts religieux, les oblations, les taxes, les foundations; 3. le droit civil, avec les contrats, le testament, la succession, la prescription» (R. NAZ, *Traité de Droit*, III, 233).

<sup>5</sup> Cf. F. X. WERNZ-P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, n. 744, 204.

vidas licenças superiores, a cominação de penas, eclesiásticas e civis, em caso de usurpação, e a condição sacrílega também em caso de usurpação.

O *dominium bonorum*, que tanta polémica causou ao longo da história, é resolvido pelo Código declarando, implicitamente, a nulidade das teorias precedentes. O §2 do c. 1499 dirime a questão afirmando que o sujeito de domínio dos bens é a pessoa moral que os adquire:

«Dominium bonorum, sub suprema auctoritate Sedis Apostolicas, ad eam pertinet moralem personam, quae eadem bona legitime acquisiverit».

O sujeito de domínio não é, portanto, o Estado ou a comunidade civil; não são as comunidades paroquiais; não é Deus, ou Cristo, ou os Santos; nem os pobres<sup>6</sup>, nem o Romano Pontífice, concepções estas obsoletas e frágeis para responder às exigências dos novos tempos. Era forçoso recorrer a uma reflexão mais jurídica para obter respostas seguras e adequadas e, assim, tutelar, convenientemente, o património da Igreja, cada vez mais sujeito aos abusos.

Esse esforço, que inicialmente levou a individuar no Romano Pontífice o sujeito de propriedade dos bens da Igreja, seja através da teoria do *subiectum inhaesionis* e do *subiectum utilitatis*, reconhecendo no Papa um *dominium eminens*<sup>7</sup> e aos entes eclesiásticos e clero um *dominium utile*, seja através da teoria que definia o poder do Papa como de *gubernatio* (administrador imediato e supremo) e do clero como de *administratio* (administrador mediato, *ministerium Papae vel ecclesiae*), tão do agrado de Bento XIV<sup>8</sup>, conduziu ao esclarecimento cabal do CIC 17.

A Igreja Universal, a Sede Apostólica e as outras instituições inferiores são pessoas morais, conforme o c. 100 §1, e todas têm poder de adquirir,

<sup>6</sup> «Illa sententia, quae *paupers* dicit esse subiectum domini bonorum ecclesiasticorum, vix indiget refutatione, sed potius explicatione. Nam *finis* quidam *partialis* bonorum ecclesiasticorum cum fine sustentationem pauperum, bona temporalia Ecclesiae potiore iure destinata sunt ad promovendum cultum divinum aliaque opera caritatis spiritualis, educationem et sustentationem cleri, etc. porro *finis* partialis a *subiecto* domini est distinguendus. Licet enim finis partialis bonorum hominis *divitiis* sine dubio sit elargitio *eleemosynarum*, manifesta esse absurditas, si quis inde deduceret *paupers* esse subiectum domini saltem parties bonorum illius hominis divitis» (F. X. WERNZ–P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, n. 740, 197).

<sup>7</sup> Cf. F. X. WERNZ–P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, n. 740, 197-198; M. CONDORELLI, «Spunti», 113-159; R. BIDAGOR, «Los sujetos», 27-42; A. PERLASCA, *Il concetto*, 54-60.

<sup>8</sup> «Nostra haec facilitas exinde est, quod Nos, qua Pontifex Summus, nisi domini, supreme certe quidem simul temporalium bonorum Ecclesiae dispensatores: *Res Ecclesiae sunt Papae, ut principalis dispensatoris, non ut domini et possessoris*: inquit S. Thomas 2, 2, quaest. 100, art. 1, ad septimum» (BENEDICTUS PP. XIV, ep. *Cum Encyclicas*, 24. maii. 1754, in *CIC Fontes*, II, n. 428, §4, 427-428).

reter e administrar bens; o Papa é o supremo administrador e dispensador dos bens eclesiásticos (c. 1518) e o domínio dos bens, sob a *suprema auctoritas* da Santa Sé (e não já sob o *altum dominium*), pertence à pessoa moral que legitimamente os adquiriu. A uma pluralidade de sujeitos de aquisição corresponde a pluralidade de sujeitos de domínio<sup>9</sup>.

A resposta codicial responde com maior satisfação à concepção unitária do domínio e à natureza dos bens da Igreja. Este direito de propriedade encontra sempre nos fins e nas necessidades da Igreja a sua cláusula limitativa<sup>10</sup>. A redacção do c. 1496 já nos deu a sua enunciação, com dois fins específicos (culto e sustentação do clero e ministros) e um genérico (outros fins próprios), que parece obnubilar o elemento de maior tradição, os pobres<sup>11</sup>.

Depois de adquirir os bens, a pessoa moral deve administrá-los, isto é, conservá-los, fazê-los render, recebê-los e dar-lhes um conveniente uso<sup>12</sup>.

A organização geral da administração dos bens da Igreja é tripartida: administração suprema (c. 1518); administração diocesana (c. 1519 §1) e administração particular de alguma igreja ou lugar piedoso que «ex iure vel tabulis foundationis suum non habent administratorem» (c. 1521 §1).

As regras de administração podem, igualmente, ser concentradas em três:

- a) a diligência máxima na protecção da vontade dos fiéis que doaram, ou deixaram os bens para causas pias, segundo o exposto no c. 1514;

<sup>9</sup> Cf. F. X. WERNZ-P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, n. 739-742, 193-202.; A. DE MEESTER, *Juris canonici*, 376-378; I. B. FERRERES, *Institutiones canonicae*, 199-200; A. BLAT, *Commentarium*, Liber III, 496-497; R. NAZ, *Traité de Droit*, III, 233-234;

<sup>10</sup> «Pertanto, dal momento che i fini della Chiesa erano supremamente affidati all'autorità Apostolica, si conveniva che la potestà di giurisdizione sui beni che tali fini dovevano realizzare era sovrana. Mentre nella potestà civile, la sovranità giurisdizionale dello Stato sui beni dei privati esige principalmente la limitazione del potere dominicale e l'osservanza dei doveri che si impongono al proprietario in vista del bene pubblico, per quanto riguarda i beni ecclesiastici il potere del Romano Pontefice è anche più intenso, perché l'orientamento dei beni verso quel fine soprannaturale – che è imprescindibile per tutti i possessori dei beni ecclesiastici – suppone, nell'autorità alla quale questa direzione viene affidata in grado supremo, i poteri necessari per vigilare, intervenire ed, eventualmente, supplire la gestione di tali beni da parte dei singoli proprietari» (A. PERLASCA, *Il concetto*, 61). Cf. também R. BIDAGOR, «Los sujetos», 39-40; V. DE REINA, «Propriedad», 504.

<sup>11</sup> Cf. V. DE PAOLIS, *I beni temporali*, 56-60.

<sup>12</sup> G. Vromant apresentava as seguintes noções de administração: «I. *Principium*: Quod gubernatio personis, id administratio est rebus acquisitis. Sicuti per gubernationem personae incolumes servantur atque ad finem proprium apte perducuntur, ita per administrationem res acquisitae: 1) conservantur; 2) ad fines suos proprios perducuntur. II. *Administratio rerum omnes actus complectitur quibus*: 1) res acquisitae conservantur; 2) fructus illarum rerum a) gignuntur: ideoque omnes actus quibus res acquisitae meliores atque utiliores fiunt vel fecundiores; b) tempore debito percipiuntur; c) personis convenienter applicantur (1); res enim propter homines sunt creatae (2)» (G. VROMANT, *De Bonis Ecclesiae*, n. 172, 184). Stocchiero apresenta o seguinte significado: «il complesso degli atti giuridici, con cui il patrimonio acquisito si conserva e si usa ai fini a cui è destinato» (G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 154).

- b) a pluralidade de administradores<sup>13</sup>, que dão uma maior segurança, prudência e rigor na administração, evitando que os bens sejam administrados de modo arbitrário;
- c) a vigilância por parte do superior<sup>14</sup>, no sentido de evitar a negligência, o perigo do bem comum e reforço da diligência para com os bens da Igreja<sup>15</sup>.

Dos bens adquiridos para as necessidades da Igreja faz-se uma repartição por finalidades. E é aqui que entra o fim concreto da sustentação do clero. Deixando de parte, agora, os outros fins, fixamo-nos neste particular.

## O regime de distribuição no CIC 17

O CIC 17 não se preocupou apenas em estabelecer um conjunto de normas que favorecessem a entrada de bens para o sistema económico da Igreja, com os quais cumpriria a sua missão sobrenatural. Ele teve de atender, de igual modo, à sua distribuição, e fê-lo, digamos, com um recurso muito parcimonioso às normas. Não desce a detalhes; legisla sobre o benefício e o título de ordenação e isso parece-lhe suficiente. De resto, alude, sem concretizar, à necessidade de atender a uma porção conveniente para os diversos ofícios<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Das obrigações dos administradores dão-nos conta os cc. 1522-1525: antes de iniciarem o seu ofício (*munus*) devem fazer o juramento de administrarem «bene et fideliter» os bens da Igreja (c. 1522, 1º); o inventário «acuratum ac distinctum» dos bens (c. 1522, 2º), devendo ser conservados nos arquivos da administração e da Cúria (c. 1522, 3º); depois, com a diligência de um bom pai de família, «suum munus implere tenentur» e, por conseguinte, devem velar para que não sofram danos (c. 1523, 1º), observar as prescrições do direito civil e canónico e restantes autoridades (c. 1523, 2º); cobrar e guardar a tempo as rendas e os produtos e empregá-los conforme a vontade do doador (c. 1523, 3º); aplicar o dinheiro sobranse em benefício da Igreja com o consentimento do Ordinário (c. 1523, 4º); ter ordenados e protegidos os livros e documentos importantes (c. 1523, 5º-6º); ser justos na relação com os contratos de trabalho (c. 1524) e todos os anos apresentar contas ao Ordinário de lugar e a quem de direito (c. 1525).

<sup>14</sup> O ordinário exerce um papel de controlo, descrito nos cc. 1525-1527: verifica as contas (c. 1525); dá licença, por escrito, para estar em juízo (c. 1526) e faculdade, por escrito, para os actos de administração extraordinária, não respondendo dos contratos celebrados pelo administrador sem a licença do Superior (c. 1527). O c. 1528 estabelece que o administrador, ainda que por título de benefício ou ofício não tenha obrigação de administrar, está obrigado a restituir os bens, nos casos em que a Igreja possa ficar prejudicada, quando abandona o cargo por sua livre vontade.

<sup>15</sup> Cf. G. VROMANT, *De Bonis Ecclesiae*, n. 177, 189-190; R. NAZ, *Traité de Droit*, III, 247.

<sup>16</sup> Os Bispos residenciais, depois da tomada de posse, têm direito «percipiendi redditus mensae episcopalis» (c. 349 §2, 1º); as dignidades, Cônegos e beneficiários, depois de tomarem posse, adquirem um «ius percipiendi fructus ac distributiones» (c. 405 §1); o Vigário Capitular e o ecónomo «ius habent ad congruam retributionem», re-

O CIC 17 tem, sobretudo, a preocupação de salvaguardar os princípios jurídicos essenciais herdados da história: o direito do ministro a ser sustentado pela dedicação da sua vida à Igreja. As concretizações dos princípios prefere deixá-las à legislação particular, cada uma com as suas idiosincrasias e impossíveis de abarcar na globalidade.

Benefício eclesiástico: do *ens iuridicum* à descrição do dote (cc. 1409-1410)

Baseado, fundamentalmente, num conjunto de bens raízes, concedido para administração individual, o sistema benéficial foi, por muitos séculos, o único meio de garantir a honesta, digna e conveniente sustentação do clero<sup>17</sup>. Mas às portas da codificação já pouco restava dessa forma e a realidade era muito diferente<sup>18</sup>.

### *O benefício em sentido próprio: c. 1409*

Ainda que a doutrina não tenha demonstrado grande entusiasmo pela personalidade jurídica do benefício, o facto é que a sua integração na categoria das pessoas jurídicas constituiu uma primeira inovação do Código pio beneditino em matéria benéficial.

No c. 1409 ele aparece não já como um *ius perpetuum percipiendi*<sup>19</sup> mas como um *ens iuridicum*:

tirada das rendas da mesa episcopal ou de outros emolumentos (c. 441, 2º); o pároco tem direito «ad prestationes quas ei tribuit vel probata consuetudo vel legitima taxatio ad normam c. 1507 §1 (c. 463 §1); o vigário paroquial tem direito à «congrua fructuum portione», a juízo do Bispo (c. 471, §1); o vigário ecónomo ou religioso que, em paróquia vacante, é nomeado, merece uma «parte fructuum pro congrua sustentationem» (c. 472, 1º); ao vigário que substitui o pároco em caso de necessidade «assignata eidem congrua fructuum portione, nisi aliter provisum sit» (c. 475, 1º); ao coadjutor do pároco é devida uma «congrua remuneratio» (c. 476 §1).

<sup>17</sup> Cf. V. DE REINA, «Propriedad», 203-281; F. M. CAPPELLO, *Summa Iuris*, II, n. 533, 509; M. PISTOCCHI, *De re beneficiali*, 7; E. RUFFINI AVONDO, «Il can. 1409», 537. 545-546; G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 40; M. PETRONCELLI, *Diritto Canonico*, 137-139; G. MICHIELS, *De personalitate*, 65; P. FEDELE, «Beneficio ecclesiastico», 144.

<sup>18</sup> Os séculos XVIII-XIX viram nascer as políticas anti clericais, as espoliações do património e a atribuição de pensões estatais que substituíram, em muitos países, o benefício, sem que pudessem com isso assegurar o mínimo de dignidade económica ao clero. Se não nos apegamos à letra dos cânones ocorre dizer, com V. De Paolis, que «il legislatore sa bene che questo tipo di beneficio è una realtà ormai sorpassata: sopravvive solo in pochi paesi e in misura molto ridotta e comunque insufficiente alle esigenze. In tanti paesi alla sicurezza per il sostentamento del clero si è già provveduto in altri modi: il legislatore li legittima e li codifica, facendoli rientrare però sotto la qualifica di beneficio, anche se in senso improprio» (V. DE PAOLIS, «Il sistema», 25). O canonista espanhol J. M. Piñero Carrion, ao estudar o tema, preferiu ver no c. 1409 «um pretexto» para definir (ou acabar de definir) o benefício, com a descrição do c. 1410 (Cf. J. M. PIÑERO CARRION, *La sustentación del clero*, 438).

<sup>19</sup> Cf. F. X. WERNZ, *Ius Decretalium*, II, n. 240, 343.

«Beneficium ecclesiasticum est ens iuridicum a competente ecclesiastica auctoritate in perpetuum constitutum seu erectum, constans officio sacro et iure percipiendi redditus ex dote officio adnexos».

A escolha terminológica do *ens iuridicum*, que acentua a natureza abstracta, de «síntese fictícia de elementos díspares, materiais e espirituais»<sup>20</sup>, reconduz a mente jurídica à doutrina medieval de Sinibaldo de Fieschi que formulou, nitidamente, a personalidade jurídica do benefício<sup>21</sup>. Esta tese enriquecia o direito canónico com uma nova figura jurídica, um ente com capacidade patrimonial e que podia prescindir de qualquer substrato corporativo (fundação ou instituição). Mas a doutrina não teve consequências, sendo esquecida até ao Código de 1917<sup>22</sup>.

Segundo R. Avondo, a personificação do benefício trouxe algumas vantagens relevantes e, antes de mais, uma certa independência dos elementos que o compõem:

- a) o elemento pessoal: a doutrina costumava distinguir uma *perpetuitas erectionis*, ou objectiva, e uma *perpetuitas subjectiva*, ou a união vitalícia do beneficiário ao benefício. O CIC 17 não fala disso e reconhece até a categoria dos *beneficia manualia, temporaria* (c. 1411, 4º). É esta a consequência de deslocar o centro de gravidade do instituto do momento subjectivo (*ius perpetuum recipiendi fructus*) para o momento objectivo (*ens iuridicum*). A pessoa física é o representante legal da pessoa moral. Há uma separação entre as duas pessoas: a física é o instrumento, necessário e transeunte, através da qual a moral atinge os seus fins<sup>23</sup>;

<sup>20</sup> E. RUFFINI AVONDO, «Il can. 1409», 542; G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 43.

<sup>21</sup> «Tamen forte posset dici, quod posset agere nomine praebendae suae, sicut abbas agit tantum nomine suae dignitatis, cum habet bona discreta a conventu suo (...) Sed dices, quo modo aget nomine praebendae, cum praebenda nihil habeat, vel possideat? Respondeo, imo haec praebenda potest habere iura sua, et possessiones, sicut episcopatus, abbatia, hospitale, vel quacumque alia domus, vel dignitas, vel administratio» (INNOCENTIUS PP. IV, *In quinque Decretalium*, Lib. II, *De probationibus*, cap. *Ex literis*, nn. 1-2, fol. 150 verso). Cf. Também P. PASCHINI, «Beneficio ecclesiastico», 1305; E. RUFFINI AVONDO, «Il can. 1409», 542 que citam o texto do Papa.

<sup>22</sup> Para R. Avondo o verdadeiro precursor do c. 1409 foi um canonista laico, o professor Nepomuceno Nuytz da Universidade de Torino. «È dunque il Nuytz, un laico, che dobbiamo considerare quale il precursore del can. 1409. Non già, come vorrebbe il Pistocchi, un ecclesiastico, il Santi, il quale non può vantare priorità se non rispetto appunto ai soli scrittori ecclesiastici. Scriveva egli, circa trentacinque anni dopo il Nuytz, che 'Beneficium, inspectum prout in concreto existit, unum ens iuridicum constituit ex duobus elementis unitis resultans, quorum unum ab altero separari nequit, quin Beneficii notio destituatur'. Fra i precursori più recente del can. 1409 dovremmo ancora segnalare il Wernz». Cf. E. RUFFINI AVONDO, «Il can. 1409», 542. Para os antecedentes históricos cf. V. DE REINA, *Il Sistema Beneficial*, 214-224.

<sup>23</sup> Cf. C. BURGAZZI, *Il sostentamento*, 66.



b) o elemento material: o dote. Na prática já não se funcionava com a fórmula antiga que definia o dote como «bona ecclesiae frugifera», mas havia ainda muita relutância em contar no dote os rendimentos beneficiários que não provinham de um fundo, ou de prestações permanentes e seguras. O c. 1410 alarga o conceito de dote e permite uma maior elasticidade conceptual<sup>24</sup>.

Nesta sequência, tem razão G. Stocchiero quando afirma que é o próprio benefício que se tornou um *ens iuridicum*, não sendo necessário ter presente a personalidade jurídica do ofício sacro<sup>25</sup>.

No entanto, e esta é outra questão que devemos afrontar, não se pode perder de vista que é o ofício sacro a causa motora e final que explica a intervenção da autoridade eclesiástica na constituição e no regime do benefício. O CIC 17, tratando dos benefícios, costuma reenviar para o título *De officiis* e vice-versa (cf. cc. 1413 §2 e 146). Um ofício sacro sem dote e sem rendimento não é um benefício, mas um benefício eclesiástico sem ofício sagrado não é concebível: dote e rendimentos podem constituir uma fundação pia, não um benefício. E se, abstractamente, «dote e rendimento podem reger-se no campo do direito privado e patrimonial, somente o ofício sacro imprime ao benefício o seu carácter perfeitamente espiritual e publicista»<sup>26</sup>. Sob o aspecto *objectivo*, portanto, não se dá benefício senão «propter officium», e sob o aspecto *subjectivo* não pode existir beneficiário senão o titular do ofício. De uma coisa o Código nos assegura: uma preferência notória pela concepção que vê o benefício como um *officio* dotado e não tanto como uns *bens* unidos a certos ofícios<sup>27</sup>. A proeminência vai para o

<sup>24</sup> Cf. E. RUFFINI AVONDO, «Il can. 1409», 546-547.

<sup>25</sup> «È il beneficio stesso, obiective, che è diventato un *ens iuridicum*, svincolandosi così, non solo dall'elemento personale e soggettivo, ma anche dall'elemento materiale, la dote, che non sarà più presa a prestito *ex bonis Ecclesiae frugiferis*, ma che è proprietaria dell'ente e può essere costituita da nuovi e diversi beni, come ci indicherà il canone 1410. Il nuovo ente giuridico risulterà, dunque, dal concorso dei tre elementi fondamentali: ufficio sacro, dotazione patrimoniale e diritto ai redditi da parte dell'ufficiale investito o titolare; ma la causa efficiente, ossia l'elemento formale e giuristico che costituisce il beneficio in persona morale ecclesiastica è un atto di volontà inequivocabile della Superiore Autorità ecclesiastica e ordinariamente il decreto formale di erezione canonica» (G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 44).

<sup>26</sup> G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 114.

<sup>27</sup> «Il rapporto tra i due elementi del beneficio era uno dei maggiori argomenti di disputa fra i canonisti: mentre infatti per alcuni autori, l'ufficio e la dote erano da considerarsi sullo stesso piano; per altri, il concetto di beneficio si identificava e si esauriva in uno solo di questi elementi ossia l'*officium sacrum*, al punto da negare l'autonomia personalità giuridica del beneficio rispetto all'ufficio» (C. BURGAZZI, *Il sostentamento*, 66-67). Cf. T. MAURO, «Beneficio ecclesiastico», 1.

elemento espiritual, como diz P. Vidal, «elementum autem spirituale et principale beneficii ecclesiastici est ipsum *officium* ecclesiasticum»<sup>28</sup>.

### *O benefício em sentido impróprio: c. 1410*

O benefício, *ens iuridicum*, tem a sua base patrimonial no *dote*<sup>29</sup>, do qual provêm os rendimentos devidos ao titular do benefício. Ele é, portanto, a fonte, teoricamente perene, do rendimento necessário ao cumprimento do *officio* e da sustentação do beneficiário. O nome resulta de uma certa analogia, de natureza simbólica, com o matrimónio espiritual. O c. 1410 apresenta-nos a sua descrição:

«Dotem beneficii constituunt sive bona quorum proprietas est penes ipsum ens iuridicum, sive certae et debitae praestationes alicuius familiae vel personae moralis, sive certae et voluntarias fidelium oblationes, quae ad beneficii rectorem spectent, sive iura, ut dicitur, stolae intra fines taxationis dioecesanae vel legitimae consuetudinis, sive chorales distributiones, exclusa tertia earundem parte, si omnes redditus beneficii choralibus distributionibus constent».

Antigamente prevalecia a concepção que identificava praticamente, se não juridicamente, o dote com o próprio benefício, atribuindo uma importância absoluta ao capital e aos rendimentos da *propriedade fundiária*, encarada como a única fonte de riquezas. Com o Código – e com a evolução da vida económica, política e social – mesmo se a propriedade fundiária continua a ser a base ordinária de dotação benéficial, ela foi ampliada até incluir a possibilidade de haver benefícios sem dotação imobiliária<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> F. X. WERNZ-P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, 167.

<sup>29</sup> O dote pode definir-se, juridicamente, como «*l'insieme dei beni e rapporti di diritto privato e di diritto pubblico del beneficio, valutabili in danaro*». I rapporti giuridici sono attivi (diritti) o passivi (debiti): il loro complesso dà il patrimonio *destinato alla produzione del reddito lordo*; detraendo dai rapporti giuridici attivi quelli passivi si avrà il patrimonio *netto*» (G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 162).

<sup>30</sup> L. Pérez Mier escreve que a extensão do dote «no solamente recoge los cambios acaecidos al correr de los siglos, sino que además, por su amplitud y flexibilidad, se halla abierta a los progresos y transformación que a la rigidez de la dote aportan los conceptos modernos de dotación de servicios y de retribuciones del personal – sueldos y honorarios – con las cualidades de gradación interna y de jerarquía, que juntamente con la multiplicación de los oficios eclesiásticos sin beneficios vienen a proporcionar mayor unidad y trabazón, o sea una mayor solidaridad a los elementos del sistema económico» (L. PÉREZ MIER, *Sistema de dotación*, 3).

Da leitura do c. 1410 salta a ideia de que a *autonomia* do património, como até aí era aceite, deixa de ser um requisito essencial do benefício para passar a integrar também outro tipo de bens. Essencial é que sejam *certos e estáveis*, como exigia o c. 1415 §1.

Atendendo à letra da lei, o dote é constituído pelos:

- a) *bens cuja propriedade pertence ao benefício* e que corresponde à figura histórica que o Código quis salvaguardar;
- b) *prestações certas e devidas de alguma família ou pessoa moral*. São prestações que se apresentam devidas a título de direito público, como as atribuições de suplementos de cóngrua por parte do Estado e o dízimo, ou a título de direito privado, como as obrigações de *dar, fazer, prestar* juridicamente garantidas. *Certas*, no sentido de seguras e bem determinadas quanto à qualidade, quantidade, etc.; *obrigatórias*, por lei, no sentido de as poder considerar perpétuas e transmissíveis aos herdeiros;
- c) *oferendas certas e voluntárias entregues pelos fiéis e pertencentes ao reitor do benefício*. Não se trata já de propriedades nem de obrigações, tuteladas juridicamente, mas de oblações, ofertas voluntárias dos fiéis e *certainae*, isto é, determinadas e seguras. São concedidas não *ad personam* mas *intuitu officii sacri*. É aqui que o benefício começa a deixar de ser o antigo benefício «em sentido próprio» para ser «em sentido impróprio», na significação mais original e elementar de segurança na sustentação do clero.
- d) *os chamados direitos de estola dentro dos limites fixados pelas tabelas diocesanas ou por costume legítimo*. Embora ligue perigosamente o elemento económico ao litúrgico supõe uma concessão às exigências pastorais e em muitos casos foi a única fonte de ingressos e de sustentação dos ofícios. Dizem respeito ao oficial eclesiástico em força do seu ofício e não são uma contribuição *ad privatam personam*. São uma obrigação dos fiéis, ocasionais, mas mais seguras e menos livres que as oblações. Não são honorários ou gratificações, mas uma tradicional aplicação do direito tributário da Igreja, com o intuito de concorrer para a manutenção económica do clero. O tarifário diocesano era regulado pelo c. 1507.
- e) *as distribuições corais excepto a terça parte das mesmas se todas as rendas do benefício consistem em distribuições corais*. Quando todas as rendas

do benefício consistiam em distribuições, duas terças partes eram gozadas pelo beneficiário tendo presente o c. 1473 e uma terça parte se desfrutava livre de obrigações ulteriores<sup>31</sup>.

Concluimos referindo que a fonte dos rendimentos beneficiais como nos foi apresentada pelos cc. 1409-1410 precisa de ser lida em conjunto com o c. 1415, sem o qual não ficaria de todo completa. Formam um só texto e neles triunfa, desde logo, a orientação ampla e larga do conceito de benefício. No §1 prescreve-se que não se podem erigir benefícios sem uma dotação estável e conveniente; no §2 fala-se da possibilidade de um dote em dinheiro e do papel do Ordinário na sua aplicação; o §3 não proíbe erigir paróquias ou quase paróquias quando não se pode constituir uma dotação adequada, se houver razões prudentes para se prever que não há-de faltar o necessário por outros modos<sup>32</sup>.

### O título de ordenação no CIC 17: cc. 979-981

O sistema beneficional tem uma série de ligações com outros institutos canónicos, dentre os quais sobressai o título de ordenação, constituído pelo conjunto de bens destinados a assegurar, legitimamente, o necessário a uma digna e honesta vida do ministro ordenado<sup>33</sup>.

No séc. XIX opera-se um grande salto na evolução do título. Nasce o título *mensae communis*, para os novos Institutos Religiosos, o título de *missão*, recurso das regiões submetidas à Propaganda Fide, e o título de *serviço à Igreja*, que remontava aos tempos pós tridentinos, mas que agora conhece novo impulso, devido à crise dos tradicionais títulos e, certamente, às nacionalizações dos bens eclesiásticos<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> Para um desenvolvimento mais aprofundado de cada um dos elementos cf. J. M. PIÑERO CARRION, *La sustentación del clero*, 439-441; V. DE REINA, *Il Sistema Beneficial*, 311-351; G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 162-169.

<sup>32</sup> «CIC 17 c. 1415 §1. Beneficia ne erigantur, nisi constet ea stabilem et congruam dotem habere, ex qua redditus perpetuo percipiantur ad normam can. 1410. §2. Si dos in numerata pecunia constituatur, Ordinarius, auditio dioeceseo administrationis Consilio de quo in c. 1520 curare debet ut quamprimum collocetur in tutis et frugiferis fundis vel nominibus. §3. Non prohibetur tamen, ubi congrua dos constitui nequeat, paroecias aut quasi-paroecias erigere, si prudenter praevideat ea quae necessaria sunt aliunde non defutura».

<sup>33</sup> Cf. V. DE PAOLIS, *I beni temporali*, 129-130; IDEM, «Il sistema», 21-23; J. M. PIÑERO CARRION, *La sustentación del clero*, 442-446; C. BURGAZZI, *Il sostentamento*, 83-88; L. SPINELLI, «Titolo dell'ordinazione», 160-164; T. SANTACHIARA, *Il titulus patrimonii*, 1908; C. VOGEL, «Titre d'ordination», 70-85.

<sup>34</sup> Na Instrução da Sagrada Congregação Propaganda Fide, de 27 de Abril de 1871, pode-se ler: «Titulus *servitii Ecclesiae* qui olim ordinarius erat, prout supra adnotatum fuit, et postea evasit extraordinarius, iis quandoque

O Código não podia silenciar tão grande profusão de títulos e tão dispar realidade. Na mesma lógica legislativa que vimos para a definição de benefício, a opção foi inovar dentro da tradição, sem traumas. E assim, o ordenamento jurídico privilegiará o título benéfico como o único e normal para ordenação. Só na ausência deste se admitem os de património e de pensão. Disso nos fala o c. 979:

«§1. Pro clericis saecularibus titulus canonicus est titulus beneficii, eoque deficiente, patrimonii aut pensionis.

§2. Hic titulus debet esse et vere securus pro tota ordinati vita et vere sufficiens ad congruam eiusdem sustentationem, secundum normas ab Ordinariis pro diversis locorum et temporum necessitatibus et adiunctis dandas».

O *titulus beneficii* é, assim, o título ordinário para o clero secular, enquanto os outros são apenas subsidiários. De qualquer modo, característica comum a todos eles, é a exigência de ser um título *verdadeiramente seguro e verdadeiramente suficiente*. A ênfase colocada no advérbio *vere* revela a preocupação do legislador em assegurar, com veemência, as condições de uma vida decorosa, segundo a lógica de sempre, isto é, garantir que nada falte aos que se dedicam ao ministério eclesiástico, mas dentro da simplicidade de vida.

O *benefício* deve ser verdadeiro e perpétuo (cc. 1409; 1484; 1485; 2299 §3; 2304); o *património* deve ser constituído sobre os bens próprios do ordenado, como podem ser, por exemplo, os bens imóveis, títulos de crédito, dinheiro para investimento, desde que se assegure a sua estabili-

conceditur, qui, cum Beneficio ecclesiastico vel pensione careant, aut patrimonialia aliaque bona non possideant, ea lege ordinantur, ut alicui Ecclesiae sint mancipati, ex cuius servitio et eleemosynis a piis christifidelibus elargiendis sustentari possint, et ab eadem Ecclesia nullo unquam tempore amoveri, vel ipsi recedere nequeant, nisi aliter eis provisum fuerit» (S. C. DE PROPAGANDA FIDE, instr. 27. apr. 1871, in *CIC Fontes*, VII, 4878, 5, 439). Piñero Carrion apresenta três interessantes exemplos dessa preocupação de responder às novas necessidades com que a Igreja se ia deparando: o primeiro trata-se de um Bispo mexicano que pede, em 1877, à S.C. Consistorialis se pode ordenar a título «administrationis», ou seja, «destinatio ordinandi ad munia ecclesiastica, ubi episcopo videbitur, obeunda cum iure ad pensionem congruentem pro sustentatione ex fidelium oblationibus recipiendam, dummodo ex sua culpa inhabilis ad illa official non redattur», com resposta afirmativa (Cf. S. C. CONSISTORIALIS, 21-6-1879, *ASS* 12, 569-576). O segundo exemplo trata da solução encontrada pelos Bispos de Regio Emilia para melhorar a situação do clero italiano, impondo às paróquias mais ricas pensões «ad vitam onerati», que não se tratam de títulos de pensão, mas de um título «beneficii instar» ou «congruae instar», com resposta afirmativa (S. C. EPISCOPORUM ET REGULARIUM, *Regien.*, 15 mart. 1889, in *CIC Fontes*, IV, 2015, 1044-1049). O terceiro exemplo é o caso dos «deniers du clergé» de França, que nascem para assegurar a sustentação do clero sem património privado, sem benefícios, com dotações estatais insuficientes. Com que título se ordenam? Nunca houve uma declaração oficial do título, mas a Igreja francesa continuou a ordenar o seu clero com este fundo que a todos sustentava. Cf. J. M. PIÑERO CARRION, *La sustentación del clero*, 283-284.

dade; a *pensão* pode constituir-se sobre os frutos beneficiais, sobre os bens eclesiásticos e profanos.

Ao Ordinário compete dar normas sobre a matéria, determinando o *quantum*, conforme as necessidades e as circunstâncias do tempo e lugar.

Da real preocupação pela garantia económica do clero nos dá testemunho o c. 980:

«§1. Ordinatus in sacris, si titulum amittat, alium sibi provideat, nisi, iudicio Episcopi, eius congruae sustentationi aliter cautum sit.

§2. Qui, citra apostolicum indultum, suum subditum in sacris sine titulo canonico scienter ordinaverint aut ordinari permiserint, debent ipsi eorumque successores eidem egenti alimenta necessaria praeberere, donec congruae eiusdem sustentationi aliter provisum fuerit.

§3. Si episcopus aliquem ordinaverit sine titulo canonico cum pacto ut ordinatus non petat ab ipso alimenta, hoc pacto omni vi caret».

O cânone exige ao ordenado *in sacris* que perdeu o seu título que procure uma alternativa, a não ser que o Bispo considere que a sua decorosa sustentação está assegurada por outro meio. O Bispo é, sem dúvida, o responsável por garantir que nada falte, neste aspecto, ao ministro ordenado, assumindo ele próprio, e seus sucessores, o ónus de o alimentar, quando necessita, e até encontrar novo título, em caso de ordenação sem ele e sem indulto apostólico<sup>35</sup>.

O c. 981 reveste-se de particular importância pelas consequências que terá no futuro. Ainda que em título *sub-subsidiário*, isto é, admitido apenas quando o título ordinário e os subsidiários não fossem possíveis, o cânone previa o *titulus servitii dioecesis* e, para os lugares sujeitos à Congregação de Propaganda Fide, o *titulus missionis*. Eis o texto na íntegra:

«§1. Si ne unus quidem ex titulis de quibus in can. 979, §1, praesto sit, suppleri potest titulo servitii dioecesis, et, in locis sacrae Congregationi de Propaganda Fide subiectis, titulo missionis, ita tamen ut ordinandus, iureiurando interposito, se devoveat perpetuo dioecesis aut missionis servitio, sub Ordinarii loci pro tempore auctoritate.

<sup>35</sup> A dupla recorrência, nos §§1 e 2, aos «aliter» faz pensar na liberdade concedida pelo legislador em favor da ordenação, mesmo quando não se dá o caso da existência de título canónico. Se o Bispo o ordena sem título, com o pacto de o ordenando não lhe pedir alimentação (espécie de simonia), o pacto carece de todo o valor.

§2. Ordinarius presbytero, quem promoverit titulo servitii ecclesiae vel missionis, debet beneficium vel officium vel subsidium, ad congruam eiusdem sustentationem sufficiens, conferre».

Com este cânone, o título de serviço à Diocese entra na legislação universal da Igreja. O título tinha sido já aceite com este nome em dois documentos da Sagrada Congregação Consistorial, em 12 de Novembro de 1908 e 6 de Agosto de 1909, coligidos por Gasparri nas *Fontes*<sup>36</sup>.

O ordenando compromete-se, com uma espécie de contrato<sup>37</sup>, a fazer um juramento de permanência perpétua ao serviço da Diocese ou da missão, advindo daí o seu direito a receber do Ordinário um benefício, um ofício ou um subsídio suficiente para a sua condigna sustentação.

## O direito de usar no CIC 17: os rendimentos beneficiais (c. 1473)

As questões relativas ao direito de uso que o clero tem sobre as entradas revestem-se de transcendental importância na hora de (re)pensar a reestruturação do sistema remunerativo eclesial. Elas são como que o ponto básico de reflexão. Por isso, as categorias teológicas, ou ascético espirituais, conexas com o problema jurídico económico surgem, aqui, com toda a sua força. Não se trata de mudar o discurso jurídico em espiritualidade, mas insistir na ideia de que as exigências evangélicas devem apoiar, reforçar e fundamentar a acção do ministro no cumprimento da lei, e isto porque elas são um *plus* no *minimum* que representa qualquer ordenamento jurídico.

O problema poderia ser colocado nestes termos: a Igreja sempre formulou e se preocupou por garantir o direito a um digno e conveniente sus-

<sup>36</sup> «Ad XI. Concessio litterarum dimissorialium ad sacros Ordines pertinebit ad hanc S. Congregationem, quae, cum necessarium fuerit, immutabit titulum *missionis* in titulum *servitii ecclesiae*. Ad XII. Emus Cardinalis Praefectus Congregationis de Propaganda mutabit pro memoratis alumnis titulum *missionis* in titulum *servitii ecclesiae*. [Acta Ap. Sedis, vol. I, p. 148-152]» (S. C. CONSISTORIALIS, 12 nov. 1908, in *CIC Fontes*, V, 2056, ad XI et XII, 3); «Utrum et quoniam titulus ad sacros Ordines, post Constitutionem *Sapientis* consilio, subrogandus sit titulo *missionis* quoad alumnus collegiorum, de quibus supra» (S. C. CONSISTORIALIS, *Romana*, 6 aug. 1909, in *CIC Fontes*, V, 2061, XII, 12); «Utrum clerici statuum foederatorum Americae septentrionalis, qui vi peculiaris indulti, a Summo Pontifice per Secretariam Status die 2 Ianuarii 1909 concessi, promoventur ad sacros Ordines titulo *servitii ecclesiae*, teneantur emittere iuramentum sese mancipandi servitio suae ecclesiae seu dioecesis» (S. C. CONSISTORIALIS, *Romana*, 6 aug. 1909, in *CIC Fontes*, V, 2061; XIV, 12).

<sup>37</sup> Cf. R. NAZ, «Titre d'ordination», 1286; *Código de Derecho Canonico*, 364.

tento para os seus ministros, segundo as necessidades. Mas quando o ministro recebe para além do que realmente necessita de quem é, e a quem se destina, por direito, o sobranço? E quando, dentro de uma quantidade congrua, se dá o caso de o ministro conseguir viver frugalmente, poupando, de quem é, e a quem se destina, esse supérfluo? O que é o necessário, o suficiente e o supérfluo? Qual é o fundamento da normativa expressa pelo c. 1473, que ordena a obrigação de aplicar o que sobra em favor dos pobres ou de causas pias? Qual a natureza dessa obrigação? Como se há-de qualificar o direito do beneficiário aos rendimentos?

### O rendimento benefiçial: a teoria de G. Stocchiero<sup>38</sup>

O ofício eclesiástico, sob o aspecto económico, é garantido pelo benefício, que tem sempre função instrumental. Como *ens iuridicum*, é proprietário de um dote do qual provêm os rendimentos necessários ao bom andamento e exercício do ofício.

O primeiro beneficiário do rendimento não é, por isso, o investido, mas o ofício, pelo qual chega ao titular do ofício o *ius percipiendi* e o *ius utendi et fruendi*. Nas palavras de G. Stocchiero, «o dote é a fonte económica ou material do rendimento, o ofício é a sua razão jurídica ou formal e a finalidade. O rendimento provém do dote, em sentido económico, mas é anexo ao ofício, em sentido jurídico»<sup>39</sup>.

Sendo o ofício o elemento mais importante desta relação, em função do qual o benefício e o dote, com seus rendimentos, foram constituídos, e carecendo o ofício de um oficial eclesiástico, que lhe dê corpo e o representante legalmente, é natural que o oficial se torne, em última análise, o principal beneficiário, efectivo, dos rendimentos produzidos pelo dote.

Mas, se na realidade os rendimentos passam directamente para o beneficiário, que possui o *ius percipiendi*, dum ponto de vista puramente económico caberia dizer que os frutos são, antes de mais, para acrescentar ao dote, para sua conservação e perpetuidade. E como o dote pertence ao benefício, não por ele mesmo, que apenas tem função de meio, e sim pelo ofício, que é o principal destinatário, os rendimentos benefiçiais tornam-

<sup>38</sup> Cf. G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 254-266.

<sup>39</sup> *Ibidem*, 255.



-se propriedade do ofício antes de se tornarem propriedade do oficial e do beneficiário.

Do ponto de vista económico, dote e rendimentos são considerados, igualmente, bens, valores, factores de riqueza. Mas a riqueza pode considerar-se: a) como *pertencente ao benefício* num dado momento (dotação do benefício, com função estática, riqueza indisponível, inconsumível, fonte permanente de rendimentos); b) ou como *riqueza acrescentada ou retirada* ao dote, pertencente ao benefício durante o período normal de gestão (os rendimentos, com função dinâmica, riqueza disponível, consumível).

O rendimento é, sobretudo, um acréscimo ao dote, mas nele concorrem, ordinariamente, três factores:

- a) *o tempo*, como factor natural, e que se é dinheiro é também voraz, pois para se obter rendimentos sobre o dote este terá de sofrer naturais desvalorizações com as despesas que encerra<sup>40</sup>;
- b) *o capital*, dote ou património. O primeiro dever do administrador é o de colocar os primeiros rendimentos à disposição do dote, para uma sua *reintegração*, ou reparação dos danos naturais acontecidos<sup>41</sup>;
- c) *o trabalho*, cumprimento dos deveres de ofício. O *rendimento bruto* inclui também as despesas para a manutenção do beneficiário. O dote é constituído não só pelos terrenos e casa, mas de todos aqueles elementos mencionados no c. 1410, e que exige do beneficiário uma íntegra dedicação ao ofício. Ele é também um dos coeficientes a considerar no dote e na produção de rendimentos. Assim, às despesas de conservação do dote e à produção de rendimentos deve-se acrescentar a manutenção do beneficiário<sup>42</sup>, sendo tudo isso o *rendimento bruto* (RB).

<sup>40</sup> Esquemáticamente poderemos explicar melhor: se no início da gestão anual temos o dote (A), no fim da gestão o valor de A já não será o mesmo, mas será A menos X, representando X os gastos inevitáveis para a produção de rendimentos.

<sup>41</sup> Dos rendimentos (R) sairá a quota X para essa reintegração. Esquemáticamente, juntamos a A (dote) R (rendimentos), que representa o *aumento* verificado no ano sobre o valor do dote. Aqui entra a distinção entre *rendimento bruto* (RB) e *rendimento líquido* (RL). Assim, a quota X (gastos do dote e que devem ser reintegrados) constitui, e somente essa, o *rendimento bruto* (RB). Impropriamente, diz Stocchiero, se costuma designar com RB como rendimento global (R), que é constituído pela soma de RB e do RL, confundindo quota indisponível, porque pertencente ao dote A, e quota disponível. Levantado, de facto, o RB, que com o valor X reentra na massa A, fica o elemento novo e disponível RL (= R – RB) ou seja, o verdadeiro rendimento. Cf. G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 261.

<sup>42</sup> *Ibidem*, 264.

Este *rendimento bruto*, sempre segundo G. Stocchiero, pode ser separado em três quotas de rendimento, em sentido amplo: a quota *a*, levantamento para reintegração do dote; quota *b*, destinada à sustentação do clero; quota *c*, representante do verdadeiro *rendimento líquido* (RL), correspondente, em linguagem codicial, ao *supérfluo* e que pode nem sequer realizar-se<sup>43</sup>.

Se os rendimentos benéficiais não são suficientes para colmatar as despesas, nas quais se inclui a sustentação dos ministros, deve-se recorrer a outras fontes até atingir a *congrua portio*.

Com todas estas reflexões precedentes, G. Stocchiero pode avançar com uma definição de rendimento benéficial consentânea com todo o seu pensamento: «a soma dos bens ou valores que periodicamente aumentam o dote e podem ser consumidos ou aplicados sem dano do benefício»<sup>44</sup>. Da definição sobressaem essas duas notas características do rendimento: o *consumo* e a *periodicidade*.

Para concluir é imperioso sublinhar que o benefício e o beneficiário, que não são entes de especulação ou empresários preocupados com o lucro e enriquecimento, não precisam do *rendimento líquido*, compreendido como fonte de ganhos, de enriquecimento. Não é esse o objectivo do benefício. Precisam, isso sim, não podendo renunciar a ele, do *rendimento bruto*, pois daí advém o necessário para o bom exercício do múnus pastoral e da sustentação das suas vidas.

Se além do *rendimento bruto* se consegue retirar algum lucro, alguns frutos, tanto melhor: essa porção, canonicamente designada por *supérfluo*, será destinada à caridade, ao incremento do dote, à economia. É isso que dizem os cc. 1472-1473.

Tudo o que não é *necessário* à vida do ente e do oficial constitui o *supérfluo*. O beneficiário, imprescindível para o *ens iuridicum*, não deve pretender mais que o *suficiente*, doando o que lhe sobra às causas pias, à caridade e ao apostolado. É disso que falam os cânones: o beneficiário, depois de tomar posse legítima, goza de todos os direitos, temporais e espiri-

<sup>43</sup> Daqui depreende-se que o *rendimento líquido* (RL) do benefício não seria o rendimento destinado à manutenção da vida económica do clero, como poderia entender o direito tributário do Código, mas o que sobra depois de satisfeitas todas as despesas com a reintegração do dote, com a produção de rendimentos e com os administradores do dote. E se no fim não houver *rendimento líquido* quer dizer que não há o *supérfluo* do benefício, que deveria ser destinado aos pobres, o que de facto acontecia com bastante frequência na maior parte dos benefícios da era do Código, que somente atribuíam um *minimum* de justa e devida compensação pelo trabalho realizado.

<sup>44</sup> G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 264.

tuais, anexos ao benefício (c. 1472) e pode usufruir livremente dos frutos benéficiais que sejam, porém, necessários à sua sustentação, tendo obrigação de «impendingi superfluos» para os pobres e causas pias (c. 1473).

Com estes esclarecimentos, em que se distingue claramente o que é do benefício e o que é do beneficiário, G. Stocchiero vem em socorro de um melhor entendimento do que a Igreja sempre pretendeu para os seus ministros ao legislar sobre um sustento decente e digno mas não excessivo, capaz de assegurar o cumprimento das necessidades existenciais do clero.

## O domínio e os limites da cônica

No capítulo V do Código de 1917 são apresentados os *iuribus et obligationibus beneficiariorum* (cc. 1472-1483). Com a tomada de posse do benefício, o titular assume, além dos deveres, os direitos inerentes ao ofício, à representação e administração do benefício.

O beneficiário, segundo o c. 1473, *libere uti frui* os frutos benéficiais necessários à sua sustentação. E pode *gozá-los* a título de legítimo proprietário, pois tem o *ius percipiendi* prescrito pelo c. 1409, como uma espécie de contrato bilateral, *do ut facias*. Assim, em poucas palavras, ficam resolvidas pelo Código as grandes questões históricas sobre o domínio.

É necessário, contudo, ter presente dois grandes limites impostos pelo mesmo Código ao livre uso dos frutos benéficiais:

- a) o beneficiário tem direito de viver dos rendimentos *somente* quando cumpre os encargos do seu ofício benéficial; não pode pretender que eles sejam sempre suficientes ao seu sustento e não pode considerá-los sempre como uma espécie de pagamento pelas actividades que exerce em prol do ofício e do benefício;
- b) admitindo que os rendimentos benéficiais possam superar a honesta sustentação, os eventuais lucros (RL) não permanecem em livre disposição do beneficiário, mas devem ser devolvidos segundo o c. 1473.

O beneficiário tem, portanto, o direito ao *necessário*, deve limitar-se ao *suficiente* e aplicar o *superfluo*.

Dissemos, anteriormente, que o responsável pela manutenção do ministro é o próprio dote e que a quantidade que dele sai para o manter deixa

de pertencer aos bens eclesiásticos para integrar o *peculium clericorum*, os bens próprios do clero, perdendo, deste modo, a sua condição de bens benéficiais.

O c. 1473 autoriza ao investido (ainda que possua outros bens não benéficiais) a gozar livremente dos frutos que sejam necessários para o seu decoroso sustento. Aceitamos, contudo, com G. Stocchiero e J. M. Piñero Carrion, que o pecúlio parcimonial, gerado pela poupança dos bens destinados à sua decorosa sustentação, não deixa de pertencer aos bens benéficiais, visto que não foram usados e ultrapassam a *portio congrua*, devendo, por isso, ser considerados *supérfluos* e submetidos ao mesmo regime destes.

Mais ainda, as próprias oblações dos fiéis ao beneficiário, do c. 1410, devem ser consideradas bens benéficiais e não quase-patrimoniais, com a dupla consequência de servirem à *congrua*, em caso de insuficiência desta, ou serem considerados *supérfluos*, entrando no regime destes, que não pertencem ao clérigo<sup>45</sup>.

Relacionado com tudo isto é necessário considerar, agora, uma questão relativamente importante sobre os limites da *côngrua*. Quem define o critério de necessidade para uma *congrua sustentatio*, forçosamente variável pelas diversas circunstâncias de tempo e lugar? Quem define quando começa o *supérfluo*?

A questão é tanto mais premente se tivermos diante de nós o facto de que na pessoa do beneficiário se concentram todas as responsabilidades benéficiais, ou seja, é ele que recebe todos os rendimentos e que, como administrador da sua porção *côngrua* e responsável da distribuição do *supérfluo*, deve proceder, contemporaneamente, a uma gestão equilibrada dos vários interesses, identificados com os seus próprios direitos, como oficial, os da Igreja, a quem são devidos os bens benéficiais, e os dos pobres, destinatários dos bens *supérfluos*.

Um critério sério e justo seria o que procura dentro do próprio ordenamento eclesiástico a solução para o problema. Assim, e como não poderia ser de outra maneira, cremos que o próprio beneficiário é a chave para a solução do problema.

Na determinação do limite da *portio congrua*, segundo os critérios já por nós tratados, o beneficiário deve contar, antes de mais:

<sup>45</sup> Cf. *Ibidem*, 270-272.

- a) com uma consciência recta e bem formada, segundo os valores evangélicos de uma vida simples e pobre;
- b) com as normas emanadas pelo Código sobre a vida clerical consignadas pelos cc. 124 -144 e demais documentação magisterial;
- c) com a vigilância e disposições emanadas pelo Ordinário do Lugar, tendo presente as várias circunstâncias.

Estes critérios, que poderiam continuar, sugerem-nos que a relação do ministro com os bens temporais não é apenas e somente um problema económico ou jurídico, mas uma intrincada questão onde o jurídico e o espiritual confluem como binómio tensional e onde damos conta da preocupação do legislador em manter-se fiel ao que a tradição sempre recomendou acerca da sustentação do clero e da fidelidade ao programa do Senhor.

### Obrigação *impendendi superflua*: sua natureza

Por obrigação de justiça o beneficiário tem de conservar a substância e os rendimentos do dote, aplicando os primeiros frutos no próprio dote; por direito de ofício goza dos rendimentos até atingir a *portio congrua*; mas como definir a *obrigação* imposta pelo c. 1473 de atribuir aos pobres os bens sobrantes?

O tema deu origem à secular discussão entre juristas e moralistas. Para além de se saber que se trata do cumprimento de um preceito divino, confirmado por lei canónica, de aplicar o supérfluo aos pobres, trata-se de esclarecer se o beneficiário que não cumpre a norma apenas desobedece, culpavelmente, a uma lei eclesiástica ou se se apropria indevidamente devendo, em consequência, restituir não só em consciência mas no foro externo.

O problema encontra-se bem delineado em A. Reiffenstuel que repudia a opinião de que o beneficiário seja o *dominus* dos bens supérfluos, mas mesmo se o fosse teria a obrigação de os aplicar em causas pias e aos pobres, pois essa é a intenção dos fundadores, e todo o costume contrário, aplicando em causas profanas o supérfluo, é uma corrupção do direito, ilícito e inválido. Para ele existe uma verdadeira obrigação de justiça e em caso de não cumprimento deve restituir. Mesmo aqueles que respondem que se

trata mais de uma obrigação *ex caritate vel ex religione*, conclui, necessitam pressupor uma obrigação de justiça<sup>46</sup>.

A controvérsia, contudo, não terminou com o CIC 17 e a opinião que parecia encontrar maior consenso defendia uma obrigação derivante *ex lege ecclesiastica*, como pensavam F. X. Wernz, F. M. Cappello, M. Conte A Coronata e quase todos os moralistas<sup>47</sup>.

Mas se formos consequentes com o pensamento até agora desenvolvido pensamos que há razões fortes para nos situarmos do lado dos defensores da tese da obrigação *ex iustitia*.

A argumentação é a seguinte: somente a quota destinada à digna sustentação do beneficiário pode ser considerada propriedade sua. As outras duas quotas dos rendimentos (integrativa do dote e supérfluo) não entram em seu domínio, como se chegou a confundir no passado.

Num caso como este, de indiferença conceptual, é natural que o beneficiário se considerasse proprietário de todos os frutos e rendimentos do benefício e, quando cumpria com o dever de aplicar o supérfluo, fazia-o não por obrigação mas como pura generosidade, magnanimidade e mérito.

Mas quando o Código diz que o beneficiário «*facit fructus suos*» refere-se apenas àqueles frutos que fazem parte da quota da cônica, derivante do cumprimento do seu ofício. Além desta, contudo, o benefício pode ainda dar mais alguns frutos, o chamado supérfluo do benefício e da própria cônica. Sobre estes, o beneficiário tem o *ius percipiendi* e não o *ius dominii* nem o *ius utendi fruendi*. O direito de receber (*ius percipiendi*) abarca todos os rendimentos beneficiais, pois faz parte dos direitos e obrigações do beneficiário como administrador, mas na quota integrativa do dote e do supérfluo o beneficiário tem somente um direito/obrigação *administrandi et erogandi*. Da quota destinada à *congrua sustentatio* goza de um *ius dominii* e *ius utendi fruendi*.

O beneficiário tem apenas um direito de livre escolha dos pobres e das causas pias aos quais deve encaminhar os bens beneficiais supérfluos, do modo que considerar mais conveniente, sem limite de tempo, podendo-o, em última instância, protelar até à hora da morte, com uma conveniente disposição testamentária. Mas o fundamento e a substância da obrigação permanecem pois uma coisa é a realidade e outra os princípios doutrinários.

<sup>46</sup> Cf. A. REIFFENSTUEL, *Jus Canonicum Universum*, Liber III, Decretal. Tit. 25, 407-420.

<sup>47</sup> Cf. F. X. WERNZ-P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, n. 771, 244-249; F. M. CAPPELLO, *Summa Iuris*, II, 535; M. CONTE A CORONATA, *Institutiones Iuris*, n. 1017, 415.

A infracção a este dever é, no parecer de G. Stocchiero, uma lesão da justiça comutativa e distributiva e deve-se falar de justiça (mais do que de caridade e obediência), de apropriação indevida e de desvio arbitrário de fundos<sup>48</sup>.

Ao reflectir segundo este modelo podemos colocar G. Stocchiero na frente da fileira dos que propugnam uma vida decorosa, digna e justa para o beneficiário mas atendendo à vida simples e de pobreza evangélica.

### **Factores determinantes da cōgrua sustentação: o necessário para um modo de vida seguro e confortável**

A *cōgrua sustentatio*, encarada sob o ponto de vista do CIC 17, estava longe de ser entendida como uma escassa remuneração, mas, pelo contrário, um confortável, honroso e honesto suporte económico capaz de suprir, por si só, não apenas as necessidades primárias, mas também os confortos do estado que a vida eclesiástica supõe.

Depois de vermos os aspectos doutrinais implicados no problema da sustentação económica do clero no velho ordenamento eclesial, queremos, agora, descer ao plano das concretizações.

O CIC 17, ainda que introduza algumas variações, conserva, na maioria dos casos, a disciplina até ali vigente (c. 6), pois não se trata de um direito novo mas da codificação do direito anterior. Os elementos do suporte económico são tomados, neste ponto, sem a preocupação de especificar a sua fonte (se proveniente do benefício, do património, da pensão ou do serviço à Diocese, conforme os cc. 979 e 981). Interessa, sobretudo, neste momento, estudar os elementos integrativos do conceito de cōgrua.

Uma resposta sucinta e congregante do pensamento dominante encontrámo-la nas palavras de E. Regatillo e que pode servir-nos de pontapé de saída e ver como os comentadores codiciais encaravam a questão:

«*Honesta sustentatio* cum amplitudine et sine anxietate intelligenda est. Complectitur, iuxta doctores, omnia convenientia ad victum, vestitum, habitationem, morbos curandos et valetudinem conservandam,

<sup>48</sup> Cf. F. X. WERNZ-P. VIDAL, *Ius canonicum*, II, n. 771, 247; G. STOCCHIERO, *Il Beneficio*, I, 292; J. M. PIÑERO CARRION, *La sustentación del clero*, 488-498; V. DE REINA, *El Sistema Beneficial*, 352-382.

famulos sustentandos iuxta beneficiarii statum, honestam relaxationem, moderata munera facienda, respectus sociales, hospitalitatem amicis et egenis praebendam, debita sua suorum solvenda, prudentem futuri praevisionem, etc. haec omnia iuxta personae dignitatem, reddituum abundantiam, merita et labores beneficiati pro Ecclesia»<sup>49</sup>.

Os canonistas clássicos, sobretudo a partir do séc. XVII, costumavam individuar uma série de elementos que determinavam o montante da *portio congrua*. Para eles o necessário para um modo de vida seguro e confortável devia ser quantificado tendo presente a dignidade ou o grau do ofício; os dons pessoais onde se incluía a formação académica e a santidade (mérito); a classe social; as obrigações eclesíásticas (espirituais e materiais); os deveres de caridade e hospitalidade e, finalmente, os costumes e possibilidades económicas da região<sup>50</sup>.

Se a opinião da maior parte dos comentadores do Código era concorde com a ideia expressa por E. Regatillo, contudo, grande parte deles parecia avesso em enumerar todos os elementos que chegavam da reflexão doutrinária anterior ao Código. Em geral, e segundo Ph. Hannan<sup>51</sup>, a determinação da conveniente sustentação do clero era governada pelos seguintes termos: devia incluir tudo o que é necessário para um confortável e seguro modo de vida e ter presente a dignidade, o mérito e as circunstâncias de tempo e lugar do clérigo. O Ordinário seria sempre o responsável pela determinação do *quantum*. Vejamos de perto cada uma destas duas provisões.

## O necessário para uma vida confortável e segura

Existia uma certa unanimidade na maior parte dos canonistas em considerar os elementos necessários para uma vida confortável: alimentos, casa, vestuário, saúde, caridade, descanso, responsabilidades sociais, hospitali-

<sup>49</sup> E. REGATILLO, *Institutiones Iuris Canonici*, I, 195.

<sup>50</sup> Cf. A. REIFFENSTUEL, *Jus Canonikum Universum*, Liber III, Decretal. Tit. 25. n. 76, 419; F. SCHMALZGRUEBER, *Jus Ecclesiasticum*, Tomus III, Pars III, Tit. 39, n. 117-146, 392-404; F. L. FERRARIS, *Bibliotheca Canonica s.v. congrua*, art. II, n. 53, 634; P. FAGNANI, *Commentaria*, III, tit. 25, c. 5, n. 17-19; INNOCENTIUS PP. XIII, Cons. *Apostolici ministerii*, 23. maii. 1723, in *CIC Fontes*, I, n. 280, § 7, 585; BENEDICTUS PP. XIII, Cons. *In supremo*, 23. sept. 1724, in *CIC Fontes*, I, n. 283, §5, 601; CLEMENS PP. XIII, Ep. encycl. *Cum primum*, 17. sept. 1759, in *CIC Fontes*, II, n. 452, §18, 594.

<sup>51</sup> Cf. Ph. M. HANNAN, *The Canonical Concept*, 111.



dade e uma certa preocupação de poupança reforma. Comentando o direito do beneficiário a uma honesta sustentação, U. Beste escrevia:

«Quaenam sustentatio sit honesta et congrua, in abstracto determinari nequit regula generali. In ferendo iudicio de hac re debemus attendere tum personas, quippe cum omnes eandem necessitatem sentiant, tum consuetudines loci et temporis, tum qualitates officii et beneficii. Sustentatio tunc censetur congruens, si beneficiarius convenienter et decenter, iuxta statum et dignitatem suam, vitam degit, evitans utrumque extremum, scilicet ex una parte luxum, prodigalitatem, affluentiam et ostentationem, et ex alia nimiam parsimoniam, tenacitatem, rusticitatem et praesertim avaritiam; includit proinde, praeter victum, vestitum et habitationem iuxta proprium gradum, moderatas eleemosynas et donationes, hospitem, honesta recreationes, alimentationem consanguineorum, si egeant, competentem provisionem annonariam senectutis»<sup>52</sup>.

Algumas questões continuavam, contudo, dentro de discussão, principalmente as que se ligavam com os deveres do clérigo de sustentar os seus familiares, o descanso, as férias e as poupanças para o futuro.

Com base numa decisão da Sagrada Congregação dos Bispos<sup>53</sup>, respondendo a um recurso administrativo, numa causa de um sacerdote contra o seu Ordinário exigindo a pensão de reforma (e que recebeu sentença *affirmative et amplius ad mentem*), Ph. Hannan defendia uma certa confirmação do direito dos parentes – pais, irmãos, avós – a serem sustentados, em caso de necessidade, pelo sacerdote. O direito dos religiosos parecia também confirmar esta solução (cf. c. 542, 2º)<sup>54</sup>. Já F. Schmalzgrueber concedia que o sacerdote se devia preocupar com as necessidades familiares, cuidando dos estudos e dote dos irmãos e do seu estado de vida<sup>55</sup>.

Os divertimentos ou recreação eram autorizados ao sacerdote e chegavam-nos através de uma normativa sobre a conduta social do clérigo, em

<sup>52</sup> U. BESTE, *Introductio*, 786.

<sup>53</sup> Cf. S. C. EPISCOPORUM ET REGULARIUM, *Posnaniensis. Pensio*, 18 maii 1906, *AAS* 39 (1906), 485-461.

<sup>54</sup> Cf. Ph. M. HANNAN, *The Canonical Concept*, 112.

<sup>55</sup> «Potest ex his redditibus juvare eosdem consanguineos, uti etiam familiares, ut secundum decentiam status sui vivere, non vero, ut majorem splendorem illum possint attollere. 3. Potest fratri, vel consanguineo suo subministrare sumptus ad studendum litteris, vel addiscendam artem. Potest dotare ex iis puellas, ut contrahere matrimonium possint, quod statum ipsarum deceat, etc» (F. SCHMALZGRUEBER, *Jus Ecclesiasticum*, Tomus III, Pars II, Tit. 25, n. 25, 473).

negativo. Assim, partindo dos cc. 138 e 140 podemos colher o pensamento do legislador do CIC 17 a propósito do *modus vivendi* do clérigo. Os clérigos devem «prorsus abstineant» de todas as coisas que desdizem do seu estado clerical: não exercer profissões indecorosas; não entrar em jogos de azar; não trazer armas; não ir à caça, não entrar em tabernas e lugares semelhantes sem necessidade e autorização; não assistir a espectáculos, bailes, festas que desdigam do seu estado e possam causar escândalo, sobretudo em teatros públicos. Proibindo um certo tipo de comportamentos insinua outros como possíveis e consentâneos com o estado clerical. No entanto, o montante e o tempo dispensáveis para estas actividades recreativas dependerá sempre dos seus rendimentos e das exigências das suas obrigações<sup>56</sup>.

As férias eram também um dos aspectos a ter presente e que influenciavam a determinação da *portio congrua*. O sacerdote tinha direito a ausentar-se da paróquia por dois meses no total, durante o ano, seguidos ou intermitentes, excluindo os dias de retiro. Quando a ausência, para tempo de férias, durava mais de uma semana, o pároco precisava de licença escrita do Ordinário e de um substituto (c. 465). Ao Bispo era permitido ausentar-se três meses por ano, devendo, porém, atender aos tempos mais solenes (cc. 338 §§2-3).

A solicitação para com o clero mais velho ou doente sempre foi uma preocupação da Igreja. Os rendimentos do clero deviam ser suficientes a ponto de permitirem uma certa reserva de bens para estas eventualidades.

O legislador procurou acautelar a dignidade da velhice regulando algumas matérias. Por exemplo, o Ordinário não deve admitir a renúncia a um benefício se não lhe constou que, por outras vias, já foi garantida a honesta sustentação do clérigo ordenado *in sacris* (c. 1484) ou, em caso de remoção do pároco, o Ordinário deve conferir-lhe outra paróquia, benefício, ofício, ou uma pensão, para não ficar na indigência (c. 2154). Em alguns casos pode até receber uma pensão do antigo benefício (c. 1429).

Em muitos países onde o sistema benéfico deixou de corresponder ao seu objectivo, os Bispos tentaram, por outros meios e institutos, cumprir a lei providenciando a uma pensão reforma dos ordenados *in sacris*. Nos países nos quais o Estado procedia à remuneração do clero, geralmente, o problema ficava resolvido com os descontos feitos para a Caixa de

<sup>56</sup> Cf. F. SCHMALZGRUEBER, *Jus Ecclesiasticum*, Tomus III, Pars III, Tit. 39, nn. 120-121, 393-394.

Aposentações. Em caso de necessidade de um complemento da pensão concedida pelo Estado, a obrigação recaía sempre sobre o Ordinário, pois o seu dever permanecia (cc. 979-981)<sup>57</sup>.

## A dignidade, o mérito e as circunstâncias de tempo e lugar

A dignidade do ofício foi sempre um factor considerado na determinação da quantidade devida ao clérigo. Um Bispo tem uma posição mais elevada do que um pároco na comunidade, um pároco tem uma posição mais elevada que um vigário, e por aí adiante. Consequentemente, a diferentes dignidades, diferentes remunerações<sup>58</sup>.

De respeitável tradição é o reconhecimento do mérito<sup>59</sup>, que lança as suas raízes nesse longínquo acto administrativo do Papa Simplício. No seu Decreto falava-se já de uma certa distinção com base no mérito. Mérito que deve ser entendido em toda a sua amplitude, incluindo a santidade, as capacidades administrativas, os estudos académicos, o trabalho e o zelo apostólico.

Os estudos sempre foram considerados como um modo de maximizar o serviço à Igreja e, nessa linha, é natural que os canonistas, seguindo o espírito de Trento<sup>60</sup>, acentuassem que a ciência devia ser reconhecida através de um incremento salarial. O grande canonista lusitano e Bispo, Agostinho Barbosa, equiparava os clérigos que se distinguiam pela ciência aos mais nobres senhores da terra, merecendo uma remuneração concorde com esse estatuto<sup>61</sup>.

O zelo e o trabalho apostólico faziam parte também dessa categoria de mérito. Um pároco a quem foi confiado o cuidado e a administração de uma grande paróquia merece maior remuneração do que aquele que tem a seu encargo uma pequena comunidade. Os canonistas defendiam que

<sup>57</sup> Cf. Ph. M. HANNAN, *The Canonical Concept*, 116-118.

<sup>58</sup> «It is well established that a cleric is to receive recompense according to his ecclesiastical dignity. A bishop or a monsignor is expected to have more obligations and to contribute more generously to deserving causes than a priest without any prelatical dignity. For the same reason a pastor should receive a larger income than an assistant pastor» (Ph. M. HANNAN, *The Canonical Concept*, 118-119).

<sup>59</sup> Cf. P. FAGNANI, *Commentaria*, III, tit. 25, c. 5, n. 17; F. SCHMALZGRUEBER, *Jus Ecclesiasticum*, Tomus III, Pars III, Tit. 39, n. 137, 399; E. REGATILLO, *Institutiones Iuris Canonici*, I, 195.

<sup>60</sup> Cf. CONCILIUM TRIDENTINUM, sess. XXI, *Decretum de reformatione*, c. 6, in *COD*, 730.

<sup>61</sup> «Ergo Doctoratus est dignitas, et Doctor dicitur in dignitate constitutus (...) Doctor etiam nobilis est, et nobelium privilegiis fruitur» (A. BARBOSA, *Collectanea*, Tomus III, Tit. 5, c. 3, n. 3); A. REIFFENSTUEL, *Jus Canonicum Universum*, Liber III, Decretal. Tit. 5, n. 223; F. SCHMALZGRUEBER, *Jus Ecclesiasticum*, Tomus III, Pars III, Tit. 39, n. 137, 399.

quem trabalhava mais e melhor merecia uma recompensa maior, ainda que o grau de eficiência fosse quase impossível de determinar<sup>62</sup>.

As palavras dos canonistas sobre a remuneração proporcionada ao mérito e estudos ilustram também a sua atitude para com os diversos estratos sociais. A. Reiffenstuel escrevia: «Plura in hac sufficientia considerantur: puta, nobilitas et scientia personae, quia tales personae majoribus redditibus sunt honorandae»<sup>63</sup>. Era aceite, portanto, que um nobre tivesse maiores encargos e um estatuto a manter precisando, por isso, de uma remuneração congruente com as suas necessidades de classe.

Mais consensual era a posição sobre a importância do tempo e do lugar. A interpretação do c. 979 não levantava problemas. A remuneração do clero deve ser determinada de acordo com as circunstâncias do seu meio e isso é uma característica que torna quase impossível encontrar uma lei geral<sup>64</sup>. Um pároco de um país desenvolvido, rico, goza de outras prerrogativas económicas em relação a um sacerdote que vive num país do terceiro mundo. Um pároco, dentro do próprio país, pode ter melhores condições económicas que outro, já que o interior pode ser mais pobre que o litoral, o norte mais rico que o sul, a cidade mais rica que a aldeia. Existem, como é óbvio, naturais diferenças económicas dentro das várias Dioceses que influenciam notavelmente a situação económica do clero. A mesma *portio congrua*, que num determinado local pode proporcionar um modo de vida luxuoso, noutro pode significar a medida justa e noutros ainda um árduo meio de subsistência.

Em conclusão: se um ministro merece uma remuneração suficiente capaz de lhe proporcionar um modo de vida digno e confortável, de acordo com as condições económicas do seu meio e as obrigações do seu estado clerical, é óbvio que nunca se justifica um estilo de vida luxuoso, ostensivo, por mais rica que seja a sua região. Para a vida e ministério de um ministro do Senhor não importa o quanto opulenta possa ser a sociedade em que vive, pois o que recebe é sempre *ut vivas non ut luxuries*<sup>65</sup>.

<sup>62</sup> A diferenciação é de tal ordem que os próprios estados que atribuem um salário aos ministros de culto usam uma categorização no mínimo perigosa. A França, por exemplo, distinguia entre os *párocos de primeira classe* e os *párocos de segunda classe*, de acordo com a importância das paróquias. Cf. Ph. M. HANNAN, *The Canonical Concept*, 121.

<sup>63</sup> A. REIFFENSTUEL, *Jus Canonicum Universum*, Liber III, Tit. 5. n. 223.

<sup>64</sup> Cf. M. CONTE A CORONATA, *De Sacramentis*, II, 105.

<sup>65</sup> Cf. HIERONYMUS, *Commentariorum in Michaeam*, 1184.

## Conclusão

A montagem da sustentação do clero é muito complexa. Nela gravitam os pesos da história, os modos de conceber o regime de aquisição, distribuição e, sobretudo, o uso dos bens. A renovação das estruturas exige o conhecimento da génese e crescimento dos vários institutos que se cruzam na temática da sustentação do clero, para uma melhor percepção e correcção de possíveis desequilíbrios e entropias que se foram introduzindo nos propósitos iniciais.

Se os métodos tributários e distributivos do velho CIC 17 clamavam por uma renovação, o regime usuário muito mais. O ponto focal da renovação não se centra apenas nas estruturas organizativas externas, mas na mudança da expressão dos princípios, da mentalidade jurídica, que comporta uma inevitável reforma ascético espiritual nos sujeitos interessados. O sacerdote tem direito a um sustento mas nunca pode prescindir dos preceitos evangélicos na condução da sua vida e do seu ministério. Ainda que possam auferir o domínio dos frutos do benefício, ainda que titulares de um património, todos se devem submeter às regras ascéticas de simplicidade e fuga da ostentação e vaidade.

O CIC 17 ao legislar sobre o direito dos clérigos a uma sustentação não se desvia da doutrina tradicional. A Igreja ditará normas; lutará pelo direito do clero a uma propriedade; constituirá o *beneficium ecclesiasticum* para lhes assegurar uma vida honesta; confirmará o seu domínio nos bens que constituem a *portio congrua*; estabelecerá que quem tem um património pode viver dos bens benéficiais; aceitará até que os direitos de estola possam fazer parte do pecúlio quase-patrimonial, enfim, legislará que o ministro merece uma sustentação suficiente capaz de proporcionar um modo de vida digno e confortável, de acordo com as condições económicas do meio e as obrigações do estado clerical, mas não deixou nunca, doutrinalmente, de sublinhar e defender que o clero tem direito apenas ao necessário e que nunca se justifica um estilo de vida luxuoso, ostensivo, pois o que recebe não o deve afastar do programa evangélico, de uma vida simples e pobre.

Não basta defender o direito do clero a uma sustentação. Urge, no momento de legislar, ter presente o que as fontes da Revelação nos legaram sobre a vida e o ministério dos presbíteros, pois a legislação elaborada tem um âmbito e uma natureza específica: é um direito para seguidores de Jesus,

ministros sacros, habituados a ler a sua vida à luz da fé e do que Jesus ensinou no seu Evangelho.

## Bibliografia

### Documentos Pontifícios, Conciliares e das Congregações da Cúria Romana

- BENEDICTUS PP. XIII, Cons. *In supremo*, 23. sept. 1724, in *CIC Fontes* I, n. 283, 598-609.  
CLEMENS PP. XIII, Ep. encycl. *Cum primum*, 17. sept. 1759, in *CIC Fontes* II, n. 452, 588-594.  
CONCILIIUM TRIDENTINUM, in *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, ed. G. Alberigo – G. L. Dossetti – P. P. Joannou – C. Leonardi – P. Prodi, edizione bilingue, Bologna 2002<sup>2</sup>, 660-799.  
S. C. CONSISTORIALIS, 21 iunii 1879, *ASS* 12, 569-576.  
S. C. CONSISTORIALIS, 12 novembris 1908, in *CIC Fontes*, V, 2056, 1-3.  
S. C. CONSISTORIALIS, *Romana*, 6 augusti 1909, in *CIC Fontes*, V, 2061, 6-13.  
S. C. DE PROPAGANDA FIDE, insti. 27. aprilis 1871, in *CIC Fontes* VII, 4878, 437-442.  
S. C. EPISCOPORUM ET REGULARIUM, *Posnanien. Pensio*, 18 maii 1906, *AAS* XXXIX (1906), 485-461.  
S. C. EPISCOPORUM ET REGULARIUM, *Regien*. 15 martii 1889, in *CIC Fontes* IV, 2015, 1044-1049.

### Recolhas legislativas

- Codex Iuris Canonici Pii X Pontificis Maximi iussu digestus Benedicti Papae XV auctoritate promulgatus*. Praefatione, fontium annotatione et indice analytico-alphabetico, ab E.mo Petro card. Gasparri auctus, Città del Vaticano 1917.  
*Código de Derecho Canónico y legislación complementaria*, ed. L. Miguélez – S. Alonso – M. Cabrerós, Texto latino y version castellana, con jurisprudencia y comentario, Madrid 1957.  
GASPARRI, P., *Codicis Iuris Canonici Fontes*, Vol. I, Concilia Generalia – Romani Pontifices, usque ad annum 1745, N. 1-364, Romae 1923.  
GASPARRI, P., *Codicis Iuris Canonici Fontes*, Vol. V, Curia Romana, S. C. S. CONSIST. – S. C. DE SACRAMENTIS – S. C. C., A. 1573-1760, N. 2056-3704, Romae 1930.  
SERÉDI, I., *Codicis Iuris Canonici Fontes*, Vol. VII, Curia Romana, S. C. DE PROP. FIDE – S. C. INDULG. – S. C. INDICIS – S. R. C., A. 1588-1790, N. 4428-5822, Romae 1935.

### Obras e artigos dos autores

- BARBOSA, A., *Collectanea Doctorum tam veterum, quam recentiorum, in ius pontificium universum. Tomus Tertius, in quo Quintus Decretalium liber continetur*, Sumptibus Leurentii Durand, Lugduni 1637.

- BESTE, U., *Introductio In Codicem*, Quam in usum et utilitatem scholae et cleri ad promptam expeditamque canonum interpretationem paravit et edidit, Neapoli 1956.
- BIDAGOR, R., «Los sujetos del patrimonio eclesiástico y el «ius eminens» de la Santa Sede», in *El Patrimonio Eclesiástico*. Estudios de la Tercera Semana de Derecho Canonico, Salamanca 1950, 25-42.
- BLAT, A., *Commentarium textus Codicis Iuris Canonici*. Liber II. De Personis, Romae 1921.
- BRYN, J., *Juris Canonici Compendium*, Tomus II, Brugis 1949<sup>10</sup>.
- BURGAZZI, C., *Il sostentamento del clero*. Indagine storico-giuridica con particolare riferimento alla formazione dei canoni 1272-1274-1275 del Codex Iuris Canonici 1983 e alla loro applicazione in ambito europeo, Roma 2002.
- CAPPELLO, F. M., *Summa Iuris Canonici in usum scholarum concinnata*, Vol. II, Romae 1945.
- COLAGIOVANNI, E., «L'aspetto storico-sociologico nella trasformazione dal beneficio feudale all'ufficio ecclesiastico ed ecclesiale», *ME* 96 (1971) 393-418.
- CONDORELLI, M., «Spunti ricostruttivi per la qualificazione del potere del Pontefice sul patrimonio ecclesiastico», *Il Diritto Ecclesiastico* 1 (1958) 113-159.
- CONTE A CORONATA, M., *Institutiones Iuris Canonici ad usum cleri*, Vol. II. De Rebus, Romae 1939.
- DE MEESTER, A., *Juris Canonici et juris Canonico-Civilis Compendium*, Tomus III, Pars I, Brugis 1926.
- DE OLIVEIRA, M. R., *O direito a viver do Evangelho. Estudo jurídico-teológico sobre a sustentação do Clero*, TG. Serie Diritto Canonico 71, Roma 2006.
- DE PAOLIS, V., «Il sistema beneficiale e il suo superamento dal Concilio Vaticano II ai nostri giorni», in *Il sostentamento del clero*. Nella legislazione canonica e concordataria italiana, ed. R. Funghini, StG 28, Città del Vaticano 1993, 21-31.
- DE PAOLIS, V., *I beni temporali della Chiesa*, Bologna 1996.
- DE REINA, V., *El Sistema Beneficial*, Pamplona 1965.
- FAGNANI, P., *Commentaria in tertium librum Decretalium*, apud Paulum Balleonium, Venetiis 1709.
- FEDELE, P., «Beneficio ecclesiastico [diritto canonico]», in *Enciclopedia del diritto*, V, Milano 1959, 144-155.
- FERRERES, I. B., *Institutiones Canonicae*. Iuxta Novissimum Codicem PII X a Benedicto XV promulgatum iuxtaque praescripta hispanae disciplinae et americanae latinae, Tomus II, Barcinone 1920.
- HANNAN, Ph. M., *The Canonical Concept of Congrua Sustentatio for the Secular Clergy*. The Catholic University of America. Canon Law Studies 302, Washington D.C. 1950.
- HIERONYMUS, *Commentariorum in Michaeam Prophetam*, PL 25, 1151-1230.
- MAURO, T., «Beneficio ecclesiastico», in EGT, IV, Roma 1988, 1-4.
- MICHIELS, «De personalitate morali ex ipso iuris praescripto in Codice Iuris Canonici», in *Questioni attuali di Diritto Canonico*, Roma 1955, 1-73.
- NAZ, R., *Traité de Droit Canonique*. Tome Troisième. Livre III, can. 1154-1551. Lieux et temps sacrés, culte divin – Magistère, Bénéfices ecclésiastiques, Biens temporels de l'Église, Paris 1954.



- NAZ, R., «Titre d'ordination», in *Dictionnaire de Droit Canonique*, VII, Paris 1965, 1278-1288.
- PASCHINI, P., «Beneficio ecclesiastico», in *Enciclopedia Cattolica*, II, Città del Vaticano 1949, 1305-1309.
- PÉREZ MIER, L., *Sistema de dotación de la Iglesia Católica*, Salamanca 1949.
- PERLASCA, A., *Il concetto di bene ecclesiastico*, TG Serie Diritto Canonico 24, Roma 1997.
- PETRONCELLI, M., *Diritto Canonico*, ottava edizione aggiornata con il nuovo codice, Napoli 1983.
- PIÑERO CARRION, J. M., «L' aspetto patrimoniale ed economico della trasformazione del beneficio nell' officio», *ME* 96 (1971) 435.
- PIÑERO CARRION, J. M., «El transito del regimen centralizado al regimen benefical, desde el punto de vista economico», *IC* 2 (1962) 481-497.
- PIÑERO CARRION, J. M., *La sustentación del clero*. Síntesis histórica y estudio jurídico, Sevilla 1963.
- PISTOCCHI, M., *De re beneficali iuxta canones*, Taurini 1928.
- REGATILLO, E., *Institutiones Iuris Canonici*, I, Santander 1946.
- REIFFENSTUEL, A., *Jus Canonikum Universum clara methodo juxta titulos quinque librorum decretalium in quaestiones distributum*, Tomus Tertius, apud Dominicum Ercole, Romae 1883.
- RUFFINI AVONDO, E., «Il can. 1409 del CIC. Contributo alla dottrina delle persone giuridiche», *Il Diritto Ecclesiastico* 11 (1930) 537-548.
- SANTACHIARA, T., *Il titulus patrimonii nella storia e nel diritto*, Alatri 1908.
- SCHMALZGRUEBER, F., *Jus Ecclesiasticum Universum*. Brevi Methodo ad Discentium utilitatem explicatum seu lucubrationes canonicae in quinque libros decretalium Gregorii IX Pontificis Maximi, Tomus III, Pars II, Romae 1844.
- SCHMALZGRUEBER, F., *Jus Ecclesiasticum Universum*. Brevi Methodo ad Discentium utilitatem explicatum seu lucubrationes canonicae in quinque libros decretalium Gregorii IX Pontificis Maximi, Tomus III, Pars III, Romae 1844.
- STOCCHIERO, G., *Il beneficio ecclesiastico «sede plena»*, I, Vicenza 1942.
- VROMANT, G. *De Bonis Ecclesiae temporalibus ad usum praesertim missionariorum et religiosorum*, Louvain 1927.
- WERNZ, F. X., *Jus decretalium ad usum praelectionum in scholis textus canonici sive iuris decretalium*, Tomus II, Romae 1906.
- WERNZ, F. X., *Jus decretalium ad usum praelectionum in scholis textus canonici sive iuris decretalium*, Tomus III, Romae 1908.
- WERNZ, F. X., VIDAL, P., *Jus Canonikum*. Tomus IV, Vol. II. Magisterium ecclesiasticum. Bona temporalia eorumque administratio, Romae 1935.